

Consulta Prévia

(nos termos dos arts. 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos)

CADERNO DE ENCARGOS

PROCEDIMENTO: CP.IPG.2025.651_(SAS)

Fornecimento contínuo de Fruta e Legumes para Cantinas dos Serviços de Ação Social do IPG

Índice

Parte I	1
1. AS PARTES NO CONTRATO	1
2. DOCUMENTOS DO CONTRATO	1
3. OBJECTO DO CONTRATO	1
4. LOCAL E PRAZOS DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO	1
5. HORÁRIO DE FORNECIMENTO	2
6. OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO FORNECEDOR DOS BENS	2
7. PRAZO DO CONTRATO	2
8. PREÇO BASE	2
9. PREÇO CONTRATUAL	3
10. MODO DE PAGAMENTO	3
11. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	3
12. DEVER DE SIGILO.....	4
13. PENALIDADES CONTRATUAIS	4
14. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR	4
15. CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO	4
16. CAUSAS DE CESSAÇÃO DO CONTRATO.....	5
17. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES.....	5
18. CONTAGEM DOS PRAZOS	5
19. COMPROMISSO ARBITRAL.....	5
20. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	5
Parte II	6
1. CONFORMIDADE DOS PRODUTOS	6
Anexo – Mapa de quantidades.....	7

Parte I

1. AS PARTES NO CONTRATO

São partes no contrato:

- os Serviços de Ação Social do IPG (SASIPG), representados pelo seu Presidente;
- o(a) Adjudicatário(a) selecionado por consulta prévia.

2. DOCUMENTOS DO CONTRATO

2.1 O contrato a celebrar integra, além do respetivo clausulado, os seguintes documentos:

- a) Os esclarecimentos, retificações e suprimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes ou oficiosamente, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente;
- b) O presente Caderno de Encargos;
- c) A proposta adjudicada.

2.2 Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são aí indicados.

2.3 Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2.1 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo Adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º deste Código.

3. OBJECTO DO CONTRATO

3.1 O contrato a celebrar tem por objeto principal o fornecimento contínuo de fruta e legumes para cantinas dos SASIPG, na Guarda, durante o ano económico de 2024, ou até que a despesa gerada pelo contrato atinja o preço base definido na cláusula 8ª do presente Caderno de Encargos e conforme as especificações da sua Parte II.

3.2 Os produtos a fornecer são as que constam do Anexo, tendo o SASIPG a direito de adquirir produtos em quantidades inferiores às aí indicadas.

3.3 O objeto do contrato enquadra-se no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos, com o Código CPV – **15300000-1 Fruta, Produtos agrícolas e produtos afins**, nos termos do Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, na redação em vigor.

4. LOCAL E PRAZOS DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO

4.1 Os bens, objeto do fornecimento, serão entregues nas Cantinas dos Serviços de Ação Social do IPG, nas seguintes moradas:

Cantina I e Churrasqueira

Instituto Politécnico da Guarda
Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 50
6300-559 Guarda

Cantina II

Complexo de Residências de Estudantes
Av Alexandre Herculano s/nº
6300-659 Guarda

- 4.2. As encomendas serão efetuadas na semana anterior à sua entrega, como previsão, para cada cantina, podendo ser corrigidas conforme o fluxo de refeições.
- 4.3. As entregas serão efetuadas à segunda-feira e a meio da semana, sempre que se justifique.
- 4.4. As entregas terão de respeitar o dia, hora e local que estiver indicado na respetiva requisição, sendo o fornecedor responsabilizado pelos prejuízos decorrentes do não cumprimento dos prazos de entrega.

5. HORÁRIO DE FORNECIMENTO

Salvo a ocorrência de situações excecionais devidamente fundamentadas, o horário geral de entrega dos bens nas cantinas dos SASIPG é o seguinte:

- De segunda-feira a sexta-feira das 09:00 h às 11:00 h, para as cantinas I, II e Churrasqueira.

Não serão rececionados quaisquer bens entre as 12:00 h e as 14:30 h.

6. OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO FORNECEDOR DOS BENS

6.1 Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, são obrigações principais do Adjudicatário/fornecedor:

- a) O adjudicatário obriga-se a entregar aos SASIPG os bens objeto do contrato de acordo com as características, especificações e requisitos previstos na parte II do presente Caderno de Encargos, em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam;
- b) O adjudicatário é responsável perante os SASIPG por qualquer não conformidade nos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues ou posteriormente detetadas na fase de confeção;
- c) Execução do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.

6.2 Constituem ainda obrigações do Adjudicatário:

- a) Afetação de todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
- b) Comunicar imediatamente aos SASIPG os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens ou serviços objeto do contrato ou o cumprimento de qualquer das suas obrigações contratuais;
- c) Não alterar as condições do fornecimento dos bens ou as especificações dos bens, sem prévia autorização escrita dos SASIPG;
- d) Comunicar imediatamente aos SASIPG as alterações à sua denominação social, aos seus representantes legais ou à sua situação jurídica ou comercial;
- e) Obter atempadamente todas as autorizações ou licenças administrativas e outros direitos ou permissões indispensáveis ao cumprimento integral do contrato.

7. PRAZO DO CONTRATO

O contrato a celebrar será válido a partir da publicação do contrato no portal eletrónico da contratação pública e terminará quando a despesa gerada pelo contrato atinja o preço contratual ou, o mais tardar, a 31 de janeiro de 2026.

8. PREÇO BASE

O preço base global do concurso é € 44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos euros), ao qual acresce o valor do IVA.

9. PREÇO CONTRATUAL

- 9.1 As quantidades indicadas no Anexo I são estimativas, servindo de referência à elaboração das propostas, pois as quantidades a adquirir são variáveis, em função do número de utilizadores das cantinas e das ementas a confeccionar, pelo que a Entidade Adjudicante não está obrigada à aquisição da totalidade das quantidades estimadas.
- 9.2 Pela entrega dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o SASIPG devem pagar ao operador económico o valor dos bens efetivamente adquiridos, ao preço unitário constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA.
- 9.3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

10. MODO DE PAGAMENTO

- 10.1. As faturas, parcelares ou totais, apresentadas nos atos de receção dos bens serão pagas pelos SASIPG, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da receção definitiva dos bens.
- 10.2. Em caso de discordância quanto aos valores indicados na fatura, devem os SASIPG comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 10.3. Sem prejuízo do estipulado no número anterior, as faturas são pagas através de transferência bancária, para a conta de depósito à ordem cujo IBAN será indicado pelo Adjudicatário.

11. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 11.1 As partes obrigam-se a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais em vigor, em particular o RGPD – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 –, bem como a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, no decurso do procedimento de consulta prévia e durante a execução do contrato.
- 11.2 Em especial, as partes obrigam-se a:
- a) Garantir a confidencialidade dos dados pessoais a que tenham ou venham a ter acesso, em virtude do contrato ou do procedimento pré-contratual;
 - b) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar dados pessoais estão vinculadas a um compromisso de confidencialidade ou sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
 - c) Tratar os dados pessoais a que tenham acesso apenas para as finalidades previstas no presente Caderno de Encargos e no respetivo contrato;
 - d) Informarem a outra parte, caso considerem que alguma das suas ações possam dar origem ao incumprimento da legislação pertinente.
 - e) Aplicar medidas técnicas e organizativas de segurança, adequadas a assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados pessoais, bem como a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento, designadamente as previstas no artigo 32.º do RGPD, a fim de impedir a destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, difusão ou acesso não autorizados, bem como qualquer outra forma de tratamento ilícito ou prejuízo para os dados pessoais.

12. DEVER DE SIGILO

O(a) Adjudicatário(a) obriga-se a manter sigilo, inclusive após a cessação do contrato, sobre toda a informação própria do IPG de que venha a tomar conhecimento, em virtude da execução do contrato, e vincula-se não utilizar essa informação, qualquer que seja a finalidade em causa, e a obrigar o pessoal ao seu serviço a proceder do mesmo modo.

13. PENALIDADES CONTRATUAIS

- 13.1 Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato e sem prejuízo do seu direito de resolver o contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir do Adjudicatário o pagamento de sanções pecuniárias, de montante a determinar nos termos dos números seguintes.
- 13.2 Pode ser aplicada uma sanção pecuniária igual a 2% do valor dos bens encomendados, de acordo com as Cláusulas 4.3 e 4.4:
- a) Por cada dia de mora no cumprimento das encomendas;
 - b) Quando os bens entregues sejam de qualidade ou em quantidade diversa da encomendada.
- 13.3 Quando uma encomenda fique por cumprir, no todo ou em parte, decorridos 3 dias úteis após o termo do prazo de entrega, pode ser aplicada uma sanção pecuniária até ao limite do valor dos bens encomendados.
- 13.4 Quando sejam entregues bens considerados impróprios para consumo, na sequência de análises efetuadas em laboratórios creditados ou de referência, pode ser aplicada uma sanção pecuniária até 10% do valor dos bens da encomenda em causa.
- 13.5 Outras violações do contrato, pelo Adjudicatário e não previstas nos números anteriores, justificam a aplicação de sanção pecuniária, cujo valor (único ou diário) não excede 10% do preço base.
- 13.6 Nos casos previstos em 13.3, 13.4 e 13.5, a Entidade Adjudicante determina o valor concreto da sanção em função da gravidade do incumprimento, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.
- 13.7 O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço base e, quando este valor seja atingido, a Entidade Adjudicante pode optar pela resolução do contrato.
- 13.8 A aplicação das sanções pecuniárias previstas nesta cláusula:
- a) Deve ser precedida de audiência do Adjudicatário, nos termos do n.º 2 do artigo 308.º do CCP;
 - b) Pode ser compensada com pagamentos devidos ao Adjudicatário;
 - c) Não obsta a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

14. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

- 14.1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
- 14.2 Entende-se por caso fortuito ou de força maior qualquer situação ou acontecimento imprevisível ou excecional, independente da vontade das partes e que não derive de falta ou negligência de qualquer delas.
- 14.3 A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deve comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível de restabelecimento da normalidade.

15. CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

- 15.1 É interdito ao Adjudicatário, sem autorização escrita dos SASIPG:

- a) Ceder a sua posição contratual ou subcontratar o objeto do contrato, parcial ou totalmente;
- b) Subscriver negócio jurídico que, de algum modo, possa produzir resultados idênticos aos dos negócios previstos alínea anterior, ainda que indiretamente.

15.2 Em caso de violação das proibições do número anterior, os atos ou negócios jurídicos em causa são totalmente inoponíveis e ineficazes, em relação aos SASIPG.

16. CAUSAS DE CESSAÇÃO DO CONTRATO

16.1 O contrato pode cessar por:

- a) Revogação, mediante acordo escrito entre as partes;
- b) Por resolução unilateral por qualquer das partes, nos termos dos artigos 332.º a 335.º do CCP;
- c) Caducidade, no caso previsto na cláusula nº 7.

16.2 Salvo convenção das partes em contrário, a cessação do contrato não extingue, por si só, os direitos e obrigações gerados pelo mesmo e que devam subsistir após a cessação do contrato, até à sua extinção por outras causas.

17. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

17.1 Todas as notificações e comunicações, relacionadas com a execução do contrato, efetuar-se-ão, preferencialmente, para os endereços eletrónicos das partes:

- a) SASIPG - sap@ipg.pt ;
- b) Adjudicatário(a) – o indicado na proposta.

17.2 As notificações e comunicações referidas no número anterior consideram-se recebidas na data da respetiva expedição, exceto quando expedidas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, caso em que se presumem feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

17.3 Constitui ónus das partes assegurar o regular funcionamento do seu sistema eletrónico de comunicação escrita, nomeadamente quanto à regularidade da consulta das mensagens recebidas.

17.4 As notificações e comunicações por via postal efetuam-se e consideram-se eficazes e recebidas, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 224.º do Código Civil e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 249º do Código de Processo Civil, logo que sejam entregues na sede ou domicílio eleitos pelas partes, cujos endereços postais são os indicados no Convite e na proposta.

18. CONTAGEM DOS PRAZOS

Salvo quando expressamente previsto em contrário, os prazos estipulados neste Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

19. COMPROMISSO ARBITRAL

Os litígios que tenham causa no presente contrato serão dirimidos pelo Centro de Arbitragem Administrativa, constituído ao abrigo do artigo 187º do Código do Processo dos Tribunais Administrativos.

20. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Naquilo que não esteja expressamente estipulado no contrato ou neste Caderno de Encargos, rege o disposto no Código da Contratação Pública na sua atual redação, e demais legislação aplicável.

Parte II

CONFORMIDADE DOS PRODUTOS

Para garantia inequívoca da rastreabilidade, todos os bens alimentares deverão fazer-se acompanhar de documento onde esteja identificado o lote e respetiva quantidade entregue. O adjudicatário obriga-se a fornecer boletins de controlo analítico sempre que pedidos pelos SAS.

1 - Os produtos devem ser transportados de modo a manter as suas condições hígieno-sanitárias, nomeadamente no que diz respeito ao transporte, com indicador de temperatura, se aplicável, devendo estar protegidos de quaisquer conspurcações, com ventilação e arejamento convenientes, descarga cuidadosa evitando danos nas embalagens. As embalagens acondicionadoras devem ser de material compatível com uso alimentar, lavável e apresentarem-se limpas no ato da entrega.

2 - As frutas e legumes deverão apresentar-se inteiros, são, limpos, isentos de ferimentos, isentos de parasitas e de ataques de parasitas, isentos de humidades exteriores anormais e de odores e/ou sabores estranhos, isentos de qualquer princípio de dissecação interna e de qualquer deterioração provocada por baixas temperaturas ou pelo gelo.

3 - Deverão apresentar as características da variedade e/ou do tipo comercial em questão. Podem apresentar os ligeiros defeitos, desde que estes não prejudiquem o aspecto geral do produto, nem a sua qualidade, conservação ou apresentação na embalagem.

4 - Os tubérculos tipo redondos não devem ter diâmetro inferior a 40 mm e os tipos alongados não devem ter diâmetro inferior a 35 mm.

5 - O tomate deve ser apresentado num grau de maturação aceitável e sem vestígios de deterioração.

O Presidente do IPG

(Prof. Doutor Joaquim Manuel Fernandes Brigas)

CP.IPG.2025.651_SAS_Fornecimento Contínuo de Frutas e Legumes para cantinas					
Mapa de quantidades					
Cód.	Produtos	Un.	Quant. Máximas Previstas	Preço unitário (€)	Totais (€)
1	Abóbora	kg	320		0
2	Agrião	kg	14		0
3	Alface	kg	1200		0
4	Alho Francês	kg	240		0
5	Alho seco	kg	370		0
6	Azeitona preta c/ caroço (emb 5 kg)	kg	100		0
7	Banana média	kg	820		0
8	Batata Agria	kg	90		0
9	Batata doce	kg	10		0
10	Batata Nacional vermelha	kg	13000		0
11	Batata Branca		3500		0
12	Batata Pequena para assar	kg	950		0
13	Beringela	kg	50		0
15	Beterraba	kg	190		0
16	Caldo Verde	kg	80		0
17	Cebola	kg	2300		0
18	Cebola roxa	kg	10		0
19	Cenoura	kg	4200		0
20	Clementinas	kg	100		0
21	Coentros	kg	15		0
22	Courgette	kg	520		0
23	Couve Coração	kg	10		0
24	Couve Lombarda	kg	750		0
25	Couve Portuguesa	kg	10		0
26	Couve Roxa	kg	440		0
27	Diospiros	kg	12		0
28	Espinafres	kg	110		0
29	Feijão Branco seco (saco 2,5)	kg	150		0
30	Feijão Catarino seco (saco 2,5)	kg	150		0
31	Feijão Preto seco (saco 2,5)	kg	90		0
32	Feijão verde	kg	20		0
33	Feijão Vermelho seco (saco 2,5)	kg	20		0
34	Feijão-frade seco (saco 2,5)	kg	90		0
35	Gengibre (raiz)	kg	2		0
36	Grão de bico	kg	210		0
37	Grelos	kg	15		0
38	Kiwi (25/27)	kg	82		0
39	Laranja cal 5	kg	1800		0

POLI TÉCNICO GUARDA

40	Laranja cal 6	kg	25		0
41	Limão	kg	160		0
42	Maçã Golden cal 70/75	kg	2280		0
43	Maçã Golden cal 75/80	kg	100		0
44	Maçã Starking cal 70/75	kg	20		0
45	Maçã royal Gala	kg	20		0
46	Melancia	kg	50		0
47	Melão	kg	80		0
48	Meloa	kg	10		0
49	Morango	kg	75		0
50	Nabiças	kg	20		0
51	Nabo	kg	5		0
52	Pepino	kg	500		0
53	Pêra rocha cal 65/70	kg	340		0
54	Pêra conferência	kg	400		0
55	Pêssego categoria II	kg	50		0
56	Pimentos verdes	kg	110		0
57	Pimentos vermelhos	kg	120		0
58	Salsa	kg	35		0
59	Tangerina	kg	10		0
60	Tomate	kg	1500		0
61	Tomate cereja	kg	10		0
62	Uvas	kg	200		0
Valor da proposta					0